

**Acta nº 17 - Reunião ordinária da  
Câmara Municipal de Pombal,  
celebrada em vinte e dois de Maio de  
mil novecentos e noventa e oito.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Aos vinte e dois dias do mês de Maio de mil novecentos e noventa e oito, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, pelas quinze horas, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, estando presentes, além do Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores Dra. Maria Ofélia Fernandes Santos Moleiro, Luís Diogo de Paiva Morão Alves Mateus, Carlos Alberto Rodrigues dos Santos Silva, Dr. João Manuel Carreira da Conceição Coucelo e Dr. Carlos José Martins Pires Lopes, comigo Maria Albina Junqueira dos Santos Lopes, Chefe de Secção.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Depois do Senhor Presidente ter declarado aberta a reunião, foram tratados os seguintes assuntos:\_\_\_\_\_

**Resumo Diário da Tesouraria.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara tomou conhecimento do seguinte Resumo Diário da Tesouraria relativo ao dia vinte e um de Maio, corrente:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Da conta do Município, que apresenta um saldo em dinheiro de cento e dezoito milhões seiscentos e oitenta e cinco mil quinhentos e quarenta e oito escudos;\_

\_\_\_\_\_Da conta de Operações de Tesouraria, que apresenta um saldo em dinheiro de cinquenta e oito milhões cento e sessenta e cinco mil oitocentos e setenta e quatro escudos e cinquenta centavos.\_\_\_\_\_

**Pagamentos efectuados entre os dias  
oito e vinte e um de Maio, corrente.**\_\_\_

\_\_\_\_\_Foram feitos:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Pagamentos/Operações Orçamentais no valor de 138.126.653\$00\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Pagamentos/Operações de Tesouraria no valor de 4.838.927\$50\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara ficou inteirada. \_\_\_\_\_

**Comunicação de actos praticados  
no uso de delegação e subdelegação  
de competências.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara foi informada pelo Senhor Presidente de que entre oito e vinte e um de Maio, corrente, inclusivé, foram praticados actos de acordo com as relações que se anexam e dão como reproduzidas, respeitantes a:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 99 licenças de obras;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 62 licenças para destruição de revestimento vegetal;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara ficou inteirada.\_\_\_\_\_

**Asfaltagem de Estradas e Caminhos na  
Freguesia da Redinha - Arruamentos  
na Charneca - Procº. nº. 4/98 - Ajuste  
Directo - Adjudicação.**\_\_

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião uma informação da Divisão de Obras Públicas/Sector de Viação, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”1 - À empreitada mencionada em epígrafe apresentaram propostas as seguintes firmas:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_1.1 - Sociedade de Construções Elimur, Ldª., com sede em Travessa da Misericórdia, Ansião, com o valor de 5.264.333\$00 e com o prazo de execução de 30 dias;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_1.2 - Sociedade de Construções Júlio Lopes, Ldª., com sede em Barco, Pombal, com o valor de 5.162.787\$00 e com o prazo de execução de 30 dias;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_1.3 - Cimalha - Construções da Batalha, Ldª., com sede em Batalha, com o valor de 5.451.390\$00 e com o prazo de execução de 30 dias;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2 - Analisadas as propostas apresentadas, a Firma que melhores condições oferece é a Sociedade de Construções Júlio Lopes, Ldª.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3 - Nesta conformidade propõe-se a adjudicação da empreitada à Firma Sociedade de Construções Júlio Lopes, Lda., pelo valor de 5.162.787\$00 e com o prazo de execução de 30 dias.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, adjudicar a empreitada mencionada em epígrafe à Firma Sociedade de Construções Júlio Lopes, Lda., com sede em Pombal, pelo preço de 5.162.787\$00, mais IVA, valor da sua proposta.\_\_\_\_\_

**Construção e Beneficiação de Campos de Jogos - Campo de Jogos de Ilha - Procº. nº. 18/96 - Recepção provisória.**

\_\_\_\_\_Em face do auto de recepção provisória da obra mencionada em epígrafe, a Câmara deliberou, por unanimidade, receber a obra provisoriamente.\_\_\_\_\_

**Construção e Beneficiação de Campos de Jogos - Campo de Jogos de Meirinhas - Procº. nº. 20/96 - Recepção provisória.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Em face do auto de recepção provisória da obra mencionada em epígrafe, a Câmara deliberou, por unanimidade, receber a obra provisoriamente.\_\_\_\_\_

**Pavimentação de Arruamentos no Concelho de Pombal (Nas Freguesias de Abiul, Albergaria dos Doze, Almagreira, Carnide, Carriço, Lourical, Mata Mourisca, Meirinhas, Redinha, Santiago de Litém, S. Simão de Litém, Vermoil e Vila Cã) - Procº. nº. 14/96 - Recepção provisória.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Em face do auto de recepção provisória da obra mencionada em epígrafe, a Câmara deliberou, por unanimidade, receber a obra provisoriamente.\_\_\_\_\_

Acta nº 17 de 98.05.22

**Alargamento e Beneficiação/Pombal e  
EN 1.6 (Casa Branca) - Procº. nº. 23/97  
- Recepção provisória.**

\_\_\_\_\_ Em face do auto de recepção provisória da obra mencionada em epígrafe, a Câmara deliberou, por unanimidade, receber a obra provisoriamente. \_\_\_\_\_

**Pesquisa, Captação e Exploração de  
Água para Abastecimento Domiciliário  
no Município de Pombal - Freguesias  
de Vila Cã, Abiul e Pombal - Execução  
de Furo na Captação da Pipa - Procº  
nº 8/96 - Informação da DAS sobre  
recepção  
provisória.**

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião uma informação da Divisão de Águas e Saneamento, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ”Tendo já decorrido mais de um ano após a conclusão da obra, sem que tenha sido elaborado o auto de recepção provisória, solicita-se que a mesma seja recebida provisoriamente desde 15 de Novembro de 1996 e, posteriormente seja realizado inquérito administrativo, para, seguidamente, se elaborar o auto de vistoria para efeitos de extinção da caução.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, receber a obra provisoriamente desde 15 de Novembro de 1996, de harmonia com a informação da Divisão de Águas e Saneamento. \_\_\_\_\_

**Ampliação e Beneficiação de  
Cemitérios Municipais (Cemitério de  
Pombal - Zona Antiga) - Procº. nº.  
29/95 - Auto de vistoria para efeitos da  
extinção da caução.**

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião, um auto de vistoria da obra mencionada em epígrafe, elaborado de harmonia com o nº. 2 do artº. 210º do Dec-Lei nº. 405/93, de 31 de Dezembro, de onde consta, além do mais, o seguinte: \_\_\_\_\_

Acta nº 17 de 98.05.22

\_\_\_\_\_ ”A obra encontra-se executada de acordo com o projecto e em boas condições de funcionamento, pelo que pode ser extinta a caução.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, proceder à extinção de caução, de harmonia com o auto de vistoria.\_\_\_\_\_

**Minuta de contrato.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do contrato de Construção do Edifício de Apoio Relativo à Recuperação/Revitalização do Cine-Teatro de Pombal (1ª. Fase).\_\_\_\_\_

**Parque Industrial Manuel da Mota -  
Lote nº 1-B.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião uma informação do Gabinete Jurídico e Contencioso, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”1. Em 18 de Dezembro de 1996, a Câmara Municipal de Pombal prometeu vender à LOPMACO - Fabrico de Móveis, Lda., com sede no lote 1-B do Parque Industrial Manuel da Mota, freguesia e concelho de Pombal, e esta prometeu comprar, um lote de terreno destinado a construção urbana com a área de 5580 m2, designado pelo lote nº 1-B do Parque Industrial Manuel da Mota, a destacar do artigo inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Pombal sob o número 7690 e, descrito na Conservatória do Registo Predial de Pombal sob a descrição nº 09348.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. Desse contrato promessa constava na cláusula nº 8 que “Tanto a promitente vendedora como a promitente compradora deverão cumprir integralmente o Regulamento do parque Industrial Manuel da Mota, aprovado pela Câmara Municipal de Pombal nas suas reuniões celebradas em 11 de Agosto de 1988 e 9 de Setembro do mesmo ano, e pela Assembleia Municipal na sessão realizada em 27 de Setembro, também do mesmo ano.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3. Nos termos do nº 4 do artigo 5º e do nº 4 do artº 6º do Regulamento do Parque Industrial Manuel da Mota, no prazo de 180 dias, contados da data da assinatura do contrato promessa de compra e venda deveria ser lavrada a escritura de compra e venda e pagos, pela promitente compradora, os restantes 50% do preço.\_\_\_\_\_

Acta nº 17 de 98.05.22

\_\_\_\_\_4. Nos termos do artigo 7º do Regulamento do Parque Industrial Manuel da Mota: “O não cumprimento de qualquer dos prazos estabelecidos neste Regulamento

implica que a Câmara Municipal de Pombal tome posse do lote, ou lotes, no estado em que o/os mesmo/s se encontre/m, sem qualquer direito à importância já entregue ou a qualquer indemnização, por parte do adquirente, bem como das benfeitorias existentes à data daquela tomada de posse.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_. 5. Dado que até à presente data a firma promitente compradora não efectuou o pagamento dos 50% do preço em falta, nem tão pouco se mostrou interessada em celebrar a escritura de compra e venda, há incumprimento, por parte da promitente compradora, ao disposto nos n.ºs 4 dos artigos 5.º e 6.º do Regulamento do parque Industrial Manuel da Mota. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_. Face ao exposto, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_. proponho a V. Ex.ª. o seguinte: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_. Que a Câmara delibere reverter o Lote n.º 1-B do Loteamento denominado Parque Industrial Manuel da Mota para o seu domínio privado, com o fundamento de que a Firma a quem o mesmo havia prometido vender - LOPMACO - Fábrica de Móveis, Lda. - não efectuou o pagamento de 50% do preço, nem se disponibilizou para realizar a escritura de compra e venda nos 180 dias após a celebração do contrato promessa de compra e venda. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_. Que, caso esta proposta seja aprovada, o seja por minuta, para que produza efeitos imediatos e que a deliberação respectiva seja tornada pública através da afixação de edital nos lugares do estilo.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_. A Câmara deliberou, por unanimidade, proceder à reversão do Lote n.º 1-B do Loteamento do Parque Industrial Manuel da Mota para o seu domínio privado, de harmonia com a informação do Gabinete Jurídico e Contencioso. \_\_\_\_\_

Acta n.º 17 de 98.05.22

**Acta do Júri do Concurso de Ingresso  
para Provimento de um Lugar de  
Técnico Superior Estagiário  
(Arquitecto). \_\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_. Foi presente à reunião a acta do júri do concurso para provimento de um lugar de Técnico Superior Estagiário (Arquitecto), que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_. ”Acta da reunião do júri do concurso de acesso para um lugar de lugar de Técnico Superior Estagiário (Arquitecto). \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Aos seis dias do mês de Abril de mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se, no Edifício dos Paços do Município, o júri do concurso para provimento de um lugar de Técnico Superior Estagiário (Arquitecto), constituído por Narciso Ferreira Mota, Presidente da Câmara Municipal, Celestino Ferreira da Mota, Chefe da Divisão de Urbanismo e Joaquim Luís Ribeiro Pinto, Técnico Superior de Segunda Classe (Arquitecto), que substituiu o segundo vogal efectivo, a fim de estabelecerem a classificação final dos candidatos, resultante da aplicação dos respectivos métodos de selecção, no caso, a prova teórica de conhecimentos, entrevista profissional de selecção e avaliação curricular. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A prova teórica de conhecimentos e respectivas entrevistas profissionais de selecção realizaram-se no dia três de Abril de mil novecentos e noventa e oito, às quais compareceram os seguintes candidatos: João Pedro Teixeira Peres Brandão, Júlio Simões de Freitas, Paulo Jorge Nave Assunção Marcos, Pedro Manuel Lourenço Gonçalves e Susana de Jesus Marçano Esteves. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Não compareceram à prova teórica de conhecimentos e entrevista profissional de selecção, os seguintes candidatos: Alexandra Sofia Amaro e Barros, João Pedro Alves de Oliveira da Silva Costa, José Alexandre Ribeiro Aguiar, Luís Filipe Ferreira de Oliveira Gonçalves, Luís Miguel Tavares de Castro, Patrícia Loureiro da Costa Ferreira, Pedro Jorge Gonçalves dos Santos, Pedro Jorge Marques de Lemos Cordeiro, Sara Luísa Guerra Marcelo e Vera Maria Contente Louro Soares. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Apreciadas as provas teóricas de conhecimentos, o júri deliberou, por unanimidade atribuir as seguintes classificações: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ João Pedro Teixeira Peres Brandão - catorze valores e cinco décimas; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Júlio Simões de Freitas - dezassete valores; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Paulo Jorge Nave Assunção Marcos - catorze valores; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Pedro Manuel Lourenço Gonçalves - dezasseis valores; e \_\_\_\_\_

Acta nº 17 de 98.05.22

\_\_\_\_\_ Susana de Jesus Marçano Esteves - quinze valores. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Apreciadas as entrevistas profissionais de selecção, o júri deliberou por unanimidade atribuir as seguintes classificações: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ João Pedro Teixeira Peres Brandão - catorze valores e cinco décimas; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Júlio Simões de Freitas - dezassete valores; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Paulo Jorge Nave Assunção Marcos - catorze valores; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Pedro Manuel Lourenço Gonçalves - dezasseis valores; e \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Susana de Jesus Marçano Esteves - quinze valores. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Efectuada a avaliação curricular dos candidatos, o júri deliberou por unanimidade atribuir as seguintes classificações: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ João Pedro Teixeira Peres Brandão - catorze valores e cinco décimas; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Júlio Simões de Freitas - dezassete valores; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Paulo Jorge Nave Assunção Marcos - catorze valores; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Pedro Manuel Lourenço Gonçalves - dezasseis valores; e \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Susana de Jesus Marçano Esteves - quinze valores. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Feita a média aritmética simples das classificações parcelares obtidas na prova teórica de conhecimentos, na entrevista profissional de selecção e na avaliação curricular, nos termos previstos no aviso de abertura de concurso, o júri deliberou, por unanimidade atribuir a cada candidato, a classificação final abaixo indicada, estabelecendo a seguinte lista de classificação final por ordem decrescente de classificação: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Primeiro: Júlio Simões de Freitas - dezassete valores; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Segundo: Pedro Manuel Lourenço Gonçalves - dezasseis valores; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Terceiro: Susana de Jesus Marçano Esteves - quinze valores; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Quarto: João Pedro Teixeira Peres Brandão - catorze valores e cinco décimas; e \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Quinto: Paulo Jorge Nave Assunção Marcos - catorze valores. \_\_\_\_\_

Acta nº 17 de 98.05.22

\_\_\_\_\_ Foi ainda deliberado que, antes porém de homologada e publicitada a classificação final, se proceda por escrito à audiência prévia dos candidatos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ E nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada, do que para constar se lavrou a presente acta que vai ser devidamente assinada. O Júri (aa) assinaturas ilegíveis.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, homologar a classificação atribuída aos candidatos ao concurso para provimento de um lugar de Técnico Superior Estagiário (Arquitecto).\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Nesta altura deu entrada na sala para fazer parte da reunião o Vereador Senhor Dr. Joaquim António dos Santos Guardado.\_\_\_\_\_

### **Licenciamento de Obras Particulares/ Aprovação de Architecturas.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os seguintes projectos de arquitectura, de harmonia com as informações da Divisão de Obras Particulares:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_De Caixa Geral de Depósito, SA., com sede em Lisboa, em que solicita aprovação do projecto de arquitectura respeitante à alteração de um imóvel destinado a agência bancária, na Rua Principal, na Vila do Lourical, deste Concelho, a que se refere o processo de obras nº. 600/RC/98.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_De Vitor Sérgio Ribeiro Guapo Dias da Eira, residente no lugar e sede de Freguesia de Albergaria dos Doze, deste Concelho, em que solicita aprovação do projecto de arquitectura respeitante à instalação de um estabelecimento de café num imóvel sito na Travessa do Rigueirinho, da referida sede de Freguesia, a que se refere o processo de obras nº. 1889/RC/97.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_De Paulo Jorge Morgado Malho, residente no lugar e sede de Freguesia de Albergaria dos Doze, deste Concelho, em que solicita aprovação do projecto de arquitectura respeitante à construção de um imóvel destinado a habitação e comércio, na referida sede de Freguesia, a que se refere o processo de obras nº. 381/RC/98.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Nesta altura ausentou-se da sala o Senhor Presidente, tendo assumido a Presidência a Senhora Vereadora Drª. Maria Ofélia Moleiro.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_De José França Marques da Rosa, residente na Rua de Ansião, em Pombal, em que solicita aprovação do projecto de arquitectura respeitante à construção de um bloco habitacional no lote nº 1 do Loteamento sito na referida Rua, a que se refere o processo de obras nº. 714/RC/96.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Nesta altura regressou à sala de reuniões o Senhor Presidente da Câmara, que reassumiu a presidência. \_\_\_\_\_

**Licenciamento de Obras Particulares/  
Concessão de Licenças.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir os seguintes requerimentos, de harmonia com as informações da Divisão de Obras Particulares: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ De Aires Duarte, residente no lugar de Barco, freguesia e concelho de Pombal, em que solicita licença para proceder à construção de um muro de vedação, no referido lugar, a que se refere o processo de obras nº. 657/RC/98. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ De José dos Santos, residente no lugar de Charneca, freguesia e concelho de Pombal, em que solicita licença para proceder à construção de um imóvel destinado a comércio e serviços, na Rua Professor Doutor Carlos Alberto da Mota Pinto, nesta Cidade, a que se refere o processo de obras nº. 658/RC/97. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ De José Joaquim, residente no lugar de Linhais, freguesia da Pelariga, concelho de Pombal, em que solicita licença para proceder à construção de um imóvel destinado a habitação e comércio, no referido lugar, a que se refere o processo de obras nº. 1792/RC/97. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, retirar desta reunião o processo de obras em nome de Helder Rodrigues Mendes e remetê-lo ao Gabinete Jurídico e Contencioso para estudo e informação. \_\_\_\_\_

**Licenciamento de Obra Particular/  
Intenção de Indeferimento.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião o processo de obras nº. 353/RC/98, em nome de João Pedro Cantante de Magalhães Gonçalves e Maria da Graça Cantante Magalhães Gonçalves Pinho, residentes no lugar e sede de Freguesia do Lourçal, deste concelho, em que solicitam licença para proceder à construção de um edifício de apartamentos familiares, no lugar de Matos da Vila, da referida Freguesia. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que

a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

Acta nº 17 de 98.05.22

\_\_\_\_\_”Pelos elementos apresentados e de acordo com o PDM em vigor o local para onde se requer o licenciamento da obra encontra-se definido como “Espaço Urbanizável, sendo que as construções mais próximas são moradias unifamiliares constituídas por 2 pisos acima do solo.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Dado o exposto e tendo também em conta a informação do Arquitecto Joaquim Pinto, em anexo, não poderá considerar-se viável a construção pretendida dada a exagerada altura de volumetria que são propostas (vidé pés-direitos de 3,50m) no projecto apresentado violando o previsto no nº 1 do artigo 11 do PDM, não cumprindo o mesmo as normas e regulamentos em vigor, nomeadamente o RGEU, artigos 66.1 e 71.1 e o D.L. 64/90 quanto ao disposto nos artigos 31.2, 32.7 c), para além da má qualidade do projecto de arquitectura, pelo que deverá ser indeferido o pedido com base no artigo 63.1 a), b) e d) do D.L. 445/91 de 20.11.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, notificar o requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de dez dias, para dizer por escrito o que se lhe oferecer.\_\_\_\_\_

### **Licenciamento de Obras Particulares/ Indeferimentos.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_1. Foi de novo presente à reunião o processo de obras nº.657/RC/97, em nome de Eduardo Marques Carvalho, residente no lugar de Lagoa das Ceiras, freguesia de Abiul, concelho de Pombal, tendo a Câmara deliberado na reunião de 31 de Março, último, notificar o requerente da intenção de indeferimento, e conceder-lhe o prazo de dez dias para dizer por escrito o que se lhe oferecesse, o que não fez.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, do seguinte teor:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Estando decorrido o prazo de 10 dias, sem que o requerente se tivesse pronunciado sobre a intenção de indeferimento deverá ser indeferido o respectivo pedido.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido, de harmonia com as informações da Divisão de Obras Particulares.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. Foi de novo presente à reunião o processo de obras nº.1174/RC/97, em nome de Diamantino Gameiro Domingues, residente Urbanização D. Inês, em Pombal, tendo a Câmara deliberado na reunião de 9 de Janeiro, último, notificar o requerente da intenção de indeferimento, e conceder-lhe o prazo de dez dias para dizer

por escrito o que se lhe oferecesse, o que não fez. \_\_\_\_\_  
Acta nº 17 de 98.05.22

\_\_\_\_\_ Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, do seguinte teor: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ”Estando decorrido o prazo de 10 dias, sem que o requerente se tivesse pronunciado sobre a intenção de indeferimento deverá ser indeferido o respectivo pedido.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido, de harmonia com as informações da Divisão de Obras Particulares. \_\_\_\_\_

### **Pedido de inscrição de um técnico. \_\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião um requerimento de Maria Alice Valente de Matos, Engenheira Técnica Civil, residente em Campo da Juventude - Feijó - Almada, em que solicita a sua inscrição como técnica nesta Câmara, para assinar projectos e dirigir obras na área do Município. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido. \_\_\_\_\_

### **Pedidos de ocupação da via pública para obras. \_\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_ 1. Foi presente à reunião um requerimento de Marques & Jorge, Lda., com sede na Rua de Santa Luzia, em Pombal, em que solicita licença para ocupar a via pública com materiais de construção numa extensão de 65m2 e pelo período de um ano, no lote 15 da Urbanização Alberto Santiago, nesta Cidade. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. Foi presente à reunião um requerimento de António do Carmo Rodrigues, residente no lugar e sede de Freguesia da Ilha., deste Concelho, em que requer licença para ocupar a via pública com uma grua, andaimes e tapumes, numa extensão de 185m2 e pelo período de um ano, na Rua I do Bairro Agorreta, nesta Cidade. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 3. Foi presente à reunião um requerimento de Albino Duarte, residente no lugar e sede de Freguesia de Meirinhas, deste Concelho, em que solicita licença para ocupar a via pública com materiais de construção e tapumes numa extensão de 12m2 e pelo período de 6 meses, na referida sede de Freguesia. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 4. Foi de novo presente à reunião um requerimento de Francisco Nunes de Sousa, residente na Urbanização Senhora de Belém, em Pombal, em que solicita licença para ocupar a via pública com materiais de construção numa extensão de 22,5m2 e pelo período de 365 dias, na referida Urbanização, tendo a Câmara deliberado na reunião celebrada em 17 de Abril, findo, notificar o requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de 10 dias para dizer, por escrito, o que se lhe oferecesse, o que não fez. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Junto encontra-se uma informação da DOPA, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ”Estando decorrido o prazo de 10 dias, sem que o requerente se tivesse pronunciado sobre a intenção de indeferimento deverá ser indeferido o respectivo pedido.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido, de harmonia com as informações da Divisão de Obras Particulares. \_\_\_\_\_

### **Pedidos de licença para demolição de prédios em ruínas. \_\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_ 1. Foi presente à reunião um requerimento de Mavilde da Conceição Marques e Pedro Miguel Morim Pires, residentes no lugar de Água Travessa, freguesia da Pelariga, deste Concelho, em que solicitam licença para proceder à demolição de um prédio que se encontra em ruínas, no referido lote. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Junto encontra-se um auto de vistoria em que os peritos emitiram, além do mais, o seguinte parecer: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ”.... Não se vê inconveniente em que seja concedida a licença de demolição.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido, de harmonia com o auto de vistoria. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. Foi presente à reunião um requerimento de Pedro Joaquim Cravo Fernandes, residente no lugar de Biqueiras, freguesia de Mata Mourisca, deste Concelho, em que solicita licença para proceder à demolição de um prédio que se encontra em ruínas, no referido lugar. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Junto encontra-se um auto de vistoria em que os peritos emitiram, além do mais, o seguinte parecer: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”.... Não se vê inconveniente em que seja concedida a licença de demolição.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido, de harmonia com o auto de vistoria. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3. Foi presente à reunião um requerimento de Manuel Vieira das Neves, residente em Massamá - Sintra, em que solicita licença para proceder à demolição de um prédio que se encontra em ruínas, no lugar de Cavadas, freguesia do Lourçal, deste Concelho. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Junto encontra-se um auto de vistoria em que os peritos emitiram, além do mais, o seguinte parecer: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”.... Não se vê inconveniente em que seja concedida a licença de demolição.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido, de harmonia com o auto de vistoria. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_4. Foi presente à reunião um requerimento de Maria Celina Silva Pereira, residente no lugar de Roussa do Meio, freguesia e concelho de Pombal, em que solicita licença para proceder à demolição de um prédio que se encontra em ruínas, no referido lugar. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Junto encontra-se um auto de vistoria em que os peritos emitiram, além do mais, o seguinte parecer: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”.... Não se vê inconveniente em que seja concedida a licença de demolição.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido, de harmonia com o auto de vistoria. \_\_\_\_\_

Acta nº 17 de 98.05.22

**Pedido de vistoria a um prédio sito no  
Largo do Cardal, em Pombal.**

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião um requerimento de Maria António Henriques Ferreira Horster, residente na Rua Dr. Gomes Freire de Andrade, em Coimbra, em que requer vistoria ao prédio sito no Largo do Cardal, n.ºs. 30, 32, 34, 36 e 38, nesta Cidade, para efeitos de verificação do estado de conservação do imóvel. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Junto encontra-se o auto de vistoria, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ”Auto de Vistoria \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Aos vinte e nove dias do mês de Abril do ano de mil novecentos e noventa e oito, procederam os peritos a Eng.ª Técnica Civil da Divisão de Obras Particulares - Alda Mónica Gonçalves Coutinho do Carmo Carminé, o Comandante dos Bombeiros Voluntários do Concelho de Pombal - Sr. Manuel Henrique Leal dos Santos e o Delegado de Saúde do Concelho de Pombal - Dr. José Carlos Henriques Jorge Ferreira, à vistoria de um edifício, sito no Largo do Cardal, n.º 30, 32, 34, 36 e 38, para verificação do mau estado de conservação do mesmo, por solicitação da proprietária, Maria António Henriques Ferreira Horster, residente em Rua Dr. Gomes Freire de Andrade, em Coimbra. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Em deslocação ao local verificou-se que a maior parte do interior do edifício ao nível do 1º andar se encontra destruída e com infiltrações de água devido ao estado degradado da cobertura. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Estas infiltrações já passam para o piso inferior onde se encontra em funcionamento um estabelecimento de restauração, identificando-se ao nível do tecto sinais de humidade que não contribuem para a salubridade do comércio em questão. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O estado de degradação do 1º andar também não oferece condições de segurança e salubridade aos utentes do escritório arrendado à advogada, Dra. Maria Pereira. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Pelo exposto, somos de opinião que o proprietário proceda a obras no referido edifício, para bem da comunidade em geral. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Por ser verdade e para constar se lavrou o presente auto, que vai ser assinado pelos peritos que efectuaram a vistoria. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Os peritos, \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ (aa) Assinaturas ilegíveis.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar que o proprietário do prédio, Maria António Henriques Ferreira Horster, proceda a obras no referido edifício, de harmonia com o auto de vistoria. \_\_\_\_\_

Acta n.º 17 de 98.05.22

**Pedidos de Informação Prévia.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_1. Foi presente à reunião um requerimento de Joaquim Campos, residente no lugar de Casal Velho, freguesia e concelho de Pombal, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de um imóvel destinado a habitação e comércio, no lugar de Charneca, da referida Freguesia.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Pelos elementos apresentados e de acordo com o PDM em vigor o local encontra-se definido como “Espaço Urbano” e situa-se dentro do perímetro urbano da Cidade de Pombal, na localidade da Charneca.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_É do conhecimento desta Câmara, que o edifício existente dentro da propriedade para onde é requerido o presente pedido de informação prévia funcionou há muitos anos como Escola Primária da localidade da Charneca, estando neste momento na posse de uma pessoa particular, o qual teve um projecto aprovado para o mesmo local em 26/7/78 e que se encontra junto.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Como poderá ser visto no local, o edifício existente encontra-se bastante degradado e em estado de ruína parcial, não se encontrando implantado no alinhamento da via pública e distando apenas cerca de 4 a 5 metros do eixo da Estrada Municipal EM 531.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Dado o exposto, entendemos poder considerar-se viável o licenciamento de uma construção nova com 2 pisos acima da rua (rés-do-chão + 1º andar) e um piso abaixo da mesma (cave), devendo o projecto a apresentar, cumprir com a legislação vigente, nomeadamente quanto aos afastamentos às extremas e eixo da via pública.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, considerar viável o pretendido, de harmonia com a informação da Divisão de Obras Particulares.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. Foi presente à reunião um requerimento de Marcelino António de Sousa e Silva, residente na Rua dos Algarves, na sede de freguesia de Redinha, deste Concelho, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de uma moradia unifamiliar, no lugar de Anços, da referida Freguesia.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Pelos elementos apresentados, o local a que se refere o presente pedido encontra-se definido no PDM em vigor, como Espaço Urbano.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Assim sendo, poderá considerar-se viável uma construção com o máximo de 2 pisos acima do arruamento, (rés-do-chão + 1º andar), e um abaixo (cave), dada a topografia do terreno, devendo o projecto do edifício a propor ter em conta o cumprimento da legislação em vigor aplicável e a implantação desse mesmo edifício ser  
Acta nº 17 de 98.05.22

feita de acordo com o desenho nº 2 do qual deverá ser enviada fotocópia ao requerente, onde é assinalado o limite da área “non aedificandi” de acordo com a Lei nº 2110 de 19

de Agosto de 1961 e o Código de Posturas e Regulamentos Municipais.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, considerar viável o pretendido, de harmonia com a informação da Divisão de Obras Particulares.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3. Foi presente à reunião um requerimento de Joaquim Domingues de Sá, residente no lugar de Casalinho, freguesia e concelho de Pombal, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de uma moradia unifamiliar, no lugar de Quinta da Ordem - Casalinho, freguesia e concelho de Pombal.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Pelos elementos apresentados e de acordo com o PDM em vigor o local situa-se em espaço de REN, sendo de indeferir o pedido com base no artº. 63º.1 a) e c) do D.L. 445/91, de 20.11”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, notificar a requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de dez dias para dizer por escrito o que se lhe oferecer.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_4. Foi presente à reunião um requerimento de Carlos Alberto dos Santos Simões, residente na Rua 10 de Junho, nº 60, 1º Dtº - Santa Clara - Coimbra, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de uma moradia unifamiliar, no lugar de Fonte da Rainha, freguesia da Redinha, deste Concelho.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Pelos elementos apresentados o local encontra-se definido no PDM em vigor como “Espaço da RAN” e também se encontra na REN, pelo que não reúne condições de edificabilidade sendo assim de indeferir o pedido com base no artigo 63º.1 a) e c) do D.L. 445/91 de 20.11.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, notificar a requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de dez dias para dizer por escrito o que se lhe oferecer.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_5. Foi de novo presente à reunião um requerimento de Carlos Manuel Ferreira Cardoso, residente na Rua da Praia, na sede de Freguesia de Meirinhas, deste Concelho, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de um edifício

destinado a Lar de Idosos, no lugar de Matos da Ranha, freguesia de Vermoil, tendo a Câmara deliberado na reunião de 7 de Abril, último, notificar o requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de dez dias, para dizer por escrito o que se lhe oferecesse, o que não fez. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ”Estando decorrido o prazo de 10 dias, sem que o requerente se tivesse pronunciado sobre a intenção de indeferimento deverá ser indeferido o respectivo pedido.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido, de harmonia com a informação da Divisão de Obras Particulares. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 6. Foi de novo presente à reunião um requerimento de Jorge Manuel Ferreira Gonçalves, residente no lugar de Granja, freguesia e concelho de Pombal, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de um barracão, no lugar de Chã dos Fornos de Cima, da referida Freguesia e Concelho, tendo a Câmara deliberado na reunião de 7 de Abril, último, notificar o requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de dez dias, para dizer por escrito o que se lhe oferecesse, o que não fez. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ ”Estando decorrido o prazo de 10 dias, sem que o requerente se tivesse pronunciado sobre a intenção de indeferimento deverá ser indeferido o respectivo pedido.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido, de harmonia com a informação da Divisão de Obras Particulares. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, retirar desta reunião os processos respeitantes a pedidos de informação prévia em nome de Manuel Sula da Graça e António Manuel Erse Marques e remetê-los ao Gabinete Jurídico e Contencioso para estudo e informação. \_\_\_\_\_

Acta nº 17 de 98.05.22

**Pedido de autorização para venda de  
pão em unidade móvel. \_\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião um requerimento de Lúcio Manuel Tomás Estevan, residente no lugar de Silveirinha Grande, freguesia de Carriço, deste Concelho, em que solicita vistoria, aprovação e autorização para venda de pão e produtos afins, no veículos com as matrículas 65-97-CQ, ao abrigo do artigo 15º do Decreto-Lei nº. 286/86, de 6 de Setembro. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido. \_\_\_\_\_

### **Pedidos de instalação de suportes publicitários.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1 - Foi presente à reunião um requerimento da Firma Teruca - Publicidade Exterior, Lda, com sede em Rua dos Malmequeres - Cruz de Pau - Amora - Seixal, em que solicita autorização para colocação de corrimões de publicidade estética, na área desta Cidade, tendo a Câmara deliberado na reunião de 27 de Fevereiro, último, notificar a requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de 10 dias para dizer, por escrito o que se lhe oferecesse, tendo a mesma apresentado uma exposição em que requer a reapreciação do pedido. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Junto encontra-se uma informação da Divisão de Urbanismo, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ "A Câmara Municipal em reunião realizada no dia 27 de Fevereiro de 1998, deliberou, por unanimidade, notificar a requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de 10 dias para dizer, por escrito o que se lhe oferecer. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Durante o prazo concedido foi apresentado um requerimento que não altera os fundamentos que serviram de base à deliberação. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Assim, sugere-se que a Câmara delibere o indeferimento do pedido com base nas alíneas a), b) e f) do artº 4º da Lei nº 97/88, de 17 de Agosto." \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido, de harmonia com a informação da Divisão de Urbanismo. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2 - Foi presente à reunião um requerimento da Firma Teruca - Publicidade Exterior, Lda, com sede em Rua dos Malmequeres - Cruz de Pau - Amora - Seixal, em que solicita autorização para colocação de corrimões de publicidade estética, na área desta Cidade, tendo a Câmara deliberado na reunião de 27 de Fevereiro, último,

Acta nº 17 de 98.05.22

notificar a requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de 10 dias para dizer, por escrito o que se lhe oferecesse, tendo a mesma apresentado uma exposição em que requer a reapreciação do pedido. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Junto encontra-se uma informação da Divisão de Urbanismo, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”A Câmara Municipal em reunião realizada no dia 27 de Fevereiro de 1998, deliberou, por unanimidade, notificar a requerente da intenção de indeferimento e conceder-lhe o prazo de 10 dias para dizer, por escrito o que se lhe oferecer.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Durante o prazo concedido foi apresentado um requerimento que não altera os fundamentos que serviram de base à deliberação.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Assim, sugere-se que a Câmara delibere o indeferimento do pedido com base nas alíneas a), b) e f) do artº 4º da Lei nº 97/88, de 17 de Agosto.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido, de harmonia com a informação da Divisão de Urbanismo.\_\_\_\_\_

### **Apoio a Freguesias.**\_\_\_\_\_

#### **Junta de Freguesia da Redinha.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião um ofício da Junta de Freguesia da Redinha, em que solicita apoio destinado ao pagamento do auto de medição nº 7, respeitante à “Ampliação e Beneficiação do Centro de Saúde da Redinha, no montante de 1.998.225\$00.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a Junta de Freguesia da Redinha com um subsídio no montante de 1.998.225\$00, para o efeito.\_\_\_\_\_

#### **Junta de Freguesia do Carriço.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião um ofício da Junta de Freguesia do Carriço, em que informa pretender adquirir um tractor destinado à limpeza das vias de comunicação daquela Freguesia, pelo que solicita apoio destinado a fazer face às despesas com um motorista e a aquisição de gasóleo para o referido tractor.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a Junta de Freguesia do Carriço com o combustível e o operador do referido tractor.\_\_\_\_\_

Acta nº 17 de 98.05.22

#### **Junta de Freguesia de São Simão de Litém.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião um ofício da Junta de Freguesia de São Simão de Litém, em que solicita que a Câmara isente a Associação do Barrinho, daquela Freguesia, do pagamento inerente ao ramal de ligação de água à sua sede. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, remeter o processo à Divisão de Águas e Saneamento, para proceder à construção do ramal de ligação de água sem débito das respectivas despesas. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Junta de Freguesia de São Simão de Litém.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião um ofício da Junta de Freguesia de São Simão de Litém, em que solicita apoio destinado à conclusão dos balneários do polidesportivo de São Simão de Litém. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a Junta de Freguesia de São Simão de Litém com um subsídio no montante de 456.461\$00, para o efeito. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Junta de Freguesia de São Simão de Litém.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião um ofício da Junta de Freguesia de S. Simão de Litém, em que solicita apoio destinado a fazer face às despesas com o abastecimento de água aos lugares de Roubã, Barrinho e Pomares, daquela freguesia, no montante de 692.698\$00. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a Junta de Freguesia de S. Simão de Litém, com um subsídio no valor de 692.698\$00, para o efeito. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **Junta de Freguesia de Abiul.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião um ofício da Junta de Freguesia de Abiul, em que solicita apoio destinado a fazer face às despesas com o abastecimento de água ao lugar de Campedónio, daquela freguesia, no montante de 662.220\$00. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a Junta de Freguesia de Abiul, com um subsídio no valor de 662.220\$00, para o efeito. \_\_\_\_\_

Acta nº 17 de 98.05.22

**Apoio a Entidades.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **ETAP - Escola Tecnológica Artística e Profissional de Pombal.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião um ofício da Escola Tecnológica mencionada em epígrafe, em que solicita apoio destinado a fazer face ao pagamento do IVA respeitante à elaboração do projecto de construção da Escola Tecnológica, Artística e Profissional de Pombal, no montante de 1.105.000\$00. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a referida Escola com um subsídio no montante de 1.105.000\$00, para o efeito. \_\_\_\_\_

#### **Associação EX-LIBRIS.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião um pedido da Associação em epígrafe, em que solicita apoio destinado a fazer face às despesas com a organização da 2ª. Semana de Musica Popular Tradicional. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, apoiar a referida Associação com um subsídio no montante de 50.000\$00, para o efeito. \_\_\_\_\_

#### **Apoio a Municípes Economicamente Carenciados.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1 - Foi presente à reunião uma informação da Técnica Superior de Serviço Social desta Câmara Municipal, respeitante à isenção de pagamento do ramal de água a um munícipe economicamente carenciado, residente no lugar de Cova da Eira - Vila Verde, Freguesia de São Simão de Litém, deste Concelho, no montante de 26.910\$00. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar o munícipe do pagamento do ramal de ligação de água à sua habitação, nos termos da alínea 2) do Artº 7º do Regulamento Anexo à Tabela de Taxas e Licenças Municipais e remeter o processo à Divisão de Águas e Saneamento, para proceder à construção do referido ramal. \_\_\_\_\_

Acta nº 17 de 98.05.22

#### **Acção Social Escolar - 1º CEB.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião uma informação da Técnica Superior de Serviço Social, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Relativamente ao assunto em epígrafe e conforme o solicitado foram reavaliados os processos dos alunos a seguir mencionados devendo os mesmos ser incluídos no Escalão A:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Ana Catarina Marques Silva - Escola da Silveirinha Grande\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Nuno Miguel Oliveira Pereira - Escola da Guia\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Hernani José Vieira Ferreira - Escola da Roussa\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Bruno Alexandre Vieira Ferreira - Escola da Roussa\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Assim proponho seja atribuído à Delegação Escolar de Pombal o subsídio de 20.000\$00 (vinte mil escudos) referentes aos 4 alunos do Escalão A acima identificados.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio de 20.000\$00 à Delegação Escolar, destinado aos referidos alunos.\_\_\_\_\_

**Protocolo de Colaboração entre a  
Câmara Municipal de Pombal e a  
ADILPOM/Subsídio.\_\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião uma proposta do Senhor Vereador do Pelouro da Cultura e do Desporto, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Proposta\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Subsídio à ADILPOM para a prossecução dos projectos previstos no Protocolo de Colaboração aprovado em reunião de Câmara de 20/03/98.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_No sentido de viabilizar as actividades previstas no protocolo de colaboração celebrado entre a ADILPOM e esta Câmara Municipal, proponho que seja autorizada a transferência das seguintes verbas para aquela Associação, respeitantes aos projectos indicados:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_**Projectos de Animação Desportiva**\_\_\_\_\_

Pombal Recreio (vulgo, Programa Despertar para o Desporto)	7.000.000\$00
--	---------------

Acta nº 17 de 98.05.22

\_\_\_\_\_**Projectos de Animação Pedagógica**\_\_\_\_\_

Feira do Livro/Projecto Palhaço	3.000.000\$00.”
---------------------------------	-----------------

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, transferir para a ADILPOM os montantes acima referidos, de acordo com as necessidades.\_\_\_\_\_

**Sport Lisboa e Benfica -  
Agradecimento.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião uma carta do Sport Lisboa e Saudade, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Pela presente, vimos, profundamente gratos, testemunhar a V. Ex<sup>a</sup>. o nosso agradecimento pela maneira cativante como a comitiva do Saudade foi recebida, no passado dia 2, bem como todas as manifestações de simpatia que nos prodigalizaram.

\_\_\_\_\_ Para além do resultado do encontro de futebol, o que verdadeiramente conta, e marca as deslocações do Saudade, é tudo fazermos e pensamos tê-lo alcançado - no sentido de, através da nossa presença, conseguir renovar a convivência entre velhos desportistas, e, também, prestigiar o Sport Lisboa e Benfica, para cuja grandeza, e maior projecção, tanto e tanto o Saudade vem contribuindo.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Bem haja, pois, V. Ex<sup>a</sup>, por todas as atenções que nos dispensaram.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara tomou conhecimento.\_\_\_\_\_

**Grupo de Acção Recreativa e Cultural  
- GARECUS -  
Agradecimento.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião uma carta do Grupo GARECUS, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”A Direcção do Grupo de Acção Recreativa e Cultural de Santiais vem por este meio agradecer a V. Ex<sup>a</sup>. bem como à Edilidade presidida por V. Ex<sup>a</sup>., o contributo decisivo dispensado a esta Colectividade, nomeadamente o recente subsídio atribuído para custear parte da cobertura do Polidesportivo em construção.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Tudo faremos para continuar a merecer a vossa confiança e o vosso apoio, pois só assim conseguiremos concretizar os nossos objectivos.\_\_\_\_\_

Acta nº 17 de 98.05.22

\_\_\_\_\_ Em meu nome pessoal, dos Corpos Sociais e de todos os associados, o nosso muito obrigado.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara tomou conhecimento.\_\_\_\_\_

## **Instituto de Altos Estudos da Força Aérea - Agradecimento.**

Foi presente à reunião um ofício do Instituto de Altos Estudos da Força Aérea, que a seguir se transcreve:

”Permita-me Vossa Excelência que lhe venha tomar um pouco do seu precioso tempo, para reiterar os agradecimentos do Instituto de Altos Estudos da Força Aérea, pela prestimosa colaboração proporcionada pelo Município da Bela Cidade de Pombal ao Curso Superior de Guerra Aérea 97/98 (CSGA 97/98).

Sem essa inexcedível colaboração e a deferência de Vossa Excelência Senhor Presidente os auditores do CSGA 97/98 não teriam deixado a progressiva Cidade de Pombal com uma noção tão real das suas inúmeras potencialidades, da sua projecção para o futuro, e das soluções para os problemas que preocupam o Município.

Desejo a Vossa Excelência, as melhores felicidades no desempenho das elevadas funções que lhe estão confiadas.”

A Câmara tomou conhecimento.

## **Instauração de Processos de contra-ordenação.**

A Câmara deliberou, por unanimidade, instaurar processos de contra-ordenação, aos seguintes indivíduos, por terem transgredido as disposições legais, abaixo mencionados:

A Bernardino Gomes, residente no lugar de Cotrofe, freguesia e concelho de Pombal, conforme informação da Fiscalização Municipal, de 6 de Maio, corrente;

A João Pedro Cantante de Magalhães e Maria da Graça C. Magalhães Gonçalves Pinho, residentes na Vila do Louriçal, deste Concelho, conforme participação da Fiscalização Municipal de 30 de Abril, findo;

Acta nº 17 de 98.05.22

A Manuel Gameiro Marques, residente na Estrada das Congostas - Pombal, conforme participação da Fiscalização Municipal de 11 de Maio, corrente;

A Fernando de Sousa Carreira, residente no lugar de Alto dos Mendes, freguesia de Carnide, deste Concelho, conforme participação da Fiscalização Municipal de 29 de Abril, findo.

\_\_\_\_\_Mais deliberou, por unanimidade, nomear para instrutor dos processos respectivos a 3ª Oficial, Graça Maria Cunha Lucas.\_\_\_\_\_

**Outros assuntos não incluídos na  
Ordem do Dia.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, ao abrigo do artigo 19º. do Código do Procedimento Administrativo, apreciar e submeter a votação os seguintes assuntos:\_\_\_\_\_

**Construção de Redes de Saneamento  
na Periferia de Pombal - Charneca -  
Abertura de Concurso Público.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião uma informação da Divisão de Obras Públicas, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Junto se anexa projecto, programa de concurso e caderno de encargos, relativos à obra mencionada em epígrafe, para efeitos de abertura de concurso público.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_O preço base é de 107.000.000\$00 e o prazo de execução que se propõe é de 365 dias.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A obra encontra-se prevista no Plano de Actividades sob o código 06.01.13.02 e no orçamento sob a rubrica 09.09.04.02.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o projecto, o programa de concurso e o caderno de encargos e abrir concurso público, de harmonia com a informação da Divisão de Obras Públicas, acima transcrita.\_\_\_\_\_

Acta nº 17 de 98.05.22

**Construção de Redes de Saneamento  
na Periferia de Pombal - Casal Fernão  
João, Granja, Escoural e Casal Velho -  
Abertura de Concurso  
Público.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião uma informação da Divisão de Obras Públicas, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Junto se anexa projecto, programa de concurso e caderno de encargos, relativos à obra mencionada em epígrafe, para efeitos de abertura de concurso público.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O preço base é de 115.200.000\$00 e o prazo de execução que se propõe é de 365 dias.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A obra encontra-se prevista no Plano de Actividades sob o código 06.01.13.01 e no orçamento sob a rubrica 09.09.04.02.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o projecto, o programa de concurso e o caderno de encargos e abrir concurso público, de harmonia com a informação da Divisão de Obras Públicas, acima transcrita.\_\_\_\_\_

**Pedido de certidão sobre a viabilidade  
de localização de um estabelecimento  
industrial.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião um requerimento da Firma GAPLAS, Indústrias Termoplásticas, Ld<sup>a</sup>., com sede em Vale Sepal - Leiria, em que requer emissão de parecer favorável sobre a localização de uma industria de fabricação de compostos de PVC (cloreto de polivinilo) e TR (Borracha termoplástica) a localizar no lote 24 do Parque Industrial Manuel da Mota, em Pombal.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Junto encontra-se uma informação da Divisão de Obras Particulares, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Poderá certificar-se para efeitos do disposto no artigo 9º do Decreto-Lei 109/91, de 15 de Março, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei 282/93 de 17 de Agosto e artigo 4º, nºs. 6,7 e 8 do Decreto-Regulamentar nº 25/93, de 17 de Agosto, que a localização do estabelecimento industrial, requerido pela Firma Gaplas - Industrias Termoplásticas, Ld<sup>a</sup>., que se dedica à fabricação de compostos de PVC (cloreto de polivinilo) e TR (Borracha termoplástica) tem parecer favorável desta Câmara Municipal de Pombal, com o seguinte condicionalismo:\_\_\_\_\_

Acta nº 17 de 98.05.22

\_\_\_\_\_ A área de impermeabilização (área global afecta a implantação das edificações, dos arruamentos, dos estacionamento e das demais áreas pavimentadas) não deverá ser superior a 60% da área total do lote (c.f. nº 5 do artigo 22º do PDM).” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à localização pretendida, de harmonia com a informação acima transcrita.\_\_\_\_\_

**Parque Industrial Manuel da Mota -  
Lote nº 1-A.**

\_\_\_\_\_ Foi presente à reunião uma informação do Gabinete Jurídico e Contencioso, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Em 8 de Setembro de 1995, a Câmara Municipal de Pombal vendeu à Firma STET - Sociedade Técnica de Equipamentos e Tractores, S.A., com sede na Rua da Guiné, freguesia do Prior Velho, concelho de Loures, um lote de terreno destinado a construção urbana com a área de 27.320 m<sup>2</sup>, designado pelo lote nº 1-A do Parque Industrial Manuel da Mota, então a destacar do artigo inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Pombal sob o número 7790 e, descrito na Conservatória do Registo Predial de Pombal sob a descrição nº 04598 e, que agora constitui o artigo urbano 9342 e a descrição nº 09347 da Freguesia de Pombal.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Tal venda assentou, designadamente, nas seguintes condições ou pressupostos:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ a) No prazo máximo de 180 dias, a contar da data da assinatura da escritura de compra e venda referida, deveria a STET, S.A., dar início à implantação do projecto no terreno;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ b) Doze meses após a data do alvará - licença de construção, deveria a unidade estar em completa laboração dentro dos moldes apresentados no projecto aprovado e licenciado;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ c) O não cumprimento de qualquer destes prazos implicaria que a Câmara Municipal de Pombal tomasse posse do lote, no estado em que o mesmo se encontrasse, sem qualquer direito à restituição de importâncias já entregues ou a quaisquer indemnizações, por benfeitorias existentes à data da tomada de posse.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ d) Em tudo o que não estivesse expresso na escritura, seriam aplicadas as cláusulas do Regulamento do Parque Industrial Manuel da Mota, aprovado pela Câmara e Assembleia Municipal.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Estas cláusulas ou condições sobre que assentou o referido negócio de compra e venda foram objecto de registo na Conservatória do Registo Predial de Pombal.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Sucede que a Firma em referência, tendo iniciado alguns trabalhos de terraplanagem, não efectuou as obras de implantação do projecto no terreno, encontrando-se pendente nos serviços desta Câmara o procº de licenciamento nº 1220/RC/92 referente à construção da unidade industrial da STET no referido lote de terreno, o qual se encontra pendente, única e exclusivamente porque a referida Firma interrompeu o projecto, por, após alteração nos maioritários do capital, ter reconhecido que o projecto não tem viabilidade. Razão porque a STET não deu andamento ao proc. 1220/RC/92, e, em consequência, não efectuou a construção, nem se encontra em laboração qualquer tipo de unidade industrial, por razões que são única e inteiramente imputáveis à STET.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Factos, estes, que a STET, reconheceu na comunicação que enviou à Câmara Municipal de Pombal em 22/4/1998, pela qual “(...) a STET considera que aquele projecto não tem viabilidade, em face da actual situação do país e da Empresa.” E, propõe à Câmara “(...) a cedência do referido terreno para outra empresa que o pretenda adquirir, de forma a que com essa cedência possa recuperar o investimento efectuado”.

\_\_\_\_\_Face ao exposto, \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_proponho a V. Ex<sup>a</sup>. o seguinte: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Que a Câmara delibere reverter o Lote nº 1-A do Loteamento denominado Parque Industrial Manuel da Mota para o seu domínio privado, com o fundamento de que a Firma a quem o mesmo havia sido vendido - STET - Sociedade Técnica de Equipamentos e Tractores, SA. - não deu início à implantação do seu projecto no terreno, no prazo de 180 dias a contar da assinatura da escritura de compra e venda referida, em conformidade com as obrigações que assumiu perante a Câmara pela escritura de compra e venda daquele lote, outorgada no Cartório Privativo da Câmara em 08 de Setembro de 1995 e que constam ainda do Regulamento do Parque Industrial Manuel da Mota, sendo este, também, do seu conhecimento à data da celebração da escritura.

\_\_\_\_\_Que se inicie de imediato o processo de cancelamento do registo de aquisição do lote 1-A, que nesta data se encontra inscrito a favor da STET - Sociedade Técnica de Equipamentos e Tractores, S.A., na Conservatória do Registo Predial de Pombal, praticando-se todos os actos necessários ao efeito;

\_\_\_\_\_Que, caso esta proposta seja aprovada, o seja por minuta, para que produza efeitos imediatos e que a deliberação respectiva seja tornada pública através da afixação de edital nos lugares do estilo.”

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, proceder à reversão do Lote nº 1-A do Loteamento do Parque Industrial Manuel da Mota para o seu domínio privado, de harmonia com a informação do Gabinete Jurídico e Contencioso.

Acta nº 17 de 98.05.22

### **Parque Industrial Manuel da Mota - Lote nº 15.**

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião uma informação do Gabinete Jurídico e Contencioso, que a seguir se transcreve: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Em 24 de Setembro de 1993, a Câmara Municipal de Pombal vendeu à ANIPC - Associação Nacional dos Industriais de Produtos de Cimento, com sede na Rua Dona Filipa de Vilhena, nº 9 - 2º Andar lado direito, em Lisboa, um lote de terreno destinado a construção urbana com a área de 17.375 m<sup>2</sup>, designado pelo lote nº 15 do

Parque Industrial Manuel da Mota, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Pombal sob o número 7804 e, descrito na Conservatória do Registo Predial de Pombal sob a descrição nº 04579.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Tal venda assentou, designadamente, nas seguintes condições ou pressupostos:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_a) No prazo máximo de 180 dias, a contar da data da assinatura da escritura de compra e venda referida, deveria a ANIPC, dar início à implantação do projecto no terreno;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_b) Doze meses após a data do alvará - licença de construção, deveria a unidade estar em completa laboração dentro dos moldes apresentados no projecto aprovado e licenciado;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_c) O não cumprimento de qualquer destes prazos implicaria que a Câmara Municipal de Pombal tomasse posse do lote, no estado em que o mesmo se encontrasse, sem qualquer direito à restituição de importâncias já entregues ou a quaisquer indemnizações, por benfeitorias existentes à data da tomada de posse.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_d) Em tudo o que não estivesse expresso na escritura, seriam aplicadas as cláusulas do Regulamento do Parque Industrial Manuel da Mota, aprovado pela Câmara e Assembleia Municipal.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Sucedeu que a Associação em referência não cumpriu nenhum dos prazos acima referidos por razões que lhe são única e inteiramente imputáveis.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Factos, estes, que a ANIPC reconheceu na comunicação que enviou à Câmara Municipal de Pombal em 16/04/98.\_\_\_\_\_

Acta nº 17 de 98.05.22

\_\_\_\_\_proponho a V. Ex<sup>a</sup>. o seguinte:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Que a Câmara delibere reverter o Lote nº 15 do Loteamento denominado Parque Industrial Manuel da Mota para o seu domínio privado, com o fundamento de que a Associação a quem o mesmo havia sido vendido - ANIPC - Associação Nacional dos Industriais de Produtos de Cimento - não deu início à implantação do seu projecto no terreno, no prazo de 180 dias a contar da assinatura da escritura de compra e venda referida, em conformidade com as obrigações que assumiu perante a Câmara pela escritura de compra e venda daquele lote, outorgada no Cartório Privativo da Câmara em 24 de Setembro de 1993 e que constam ainda do Regulamento do Parque Industrial Manuel da Mota, sendo este, também, do seu conhecimento à data da celebração da escritura.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Que, caso esta proposta seja aprovada, o seja por minuta, para que produza efeitos imediatos e que a deliberação respectiva seja tornada pública através da afixação de edital nos lugares do estilo.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, proceder à reversão do Lote nº 15 do Loteamento do Parque Industrial Manuel da Mota para o seu domínio privado, de harmonia com a informação do Gabinete Jurídico e Contencioso.\_\_\_\_\_

### **Parque Industrial Manuel da Mota - Venda do Lote nº 1-D.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião uma informação do Gabinete Jurídico e Contencioso, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Em 19 de Dezembro de 1997, a Câmara Municipal de Pombal vendeu à Firma Milques - Indústria de Plásticos, Lda., com sede no Parque Industrial Manuel da Mota, lote 1-D, freguesia e concelho de Pombal, um lote de terreno destinado a construção urbana com a área de 5.820 m2, designado pelo lote nº 1-D do Parque Industrial Manuel da Mota, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Pombal sob o artigo número 9345 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Pombal sob a descrição nº 09350.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Tal venda assentou, designadamente, nas seguintes condições ou pressupostos:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_a) No prazo máximo de 180 dias, a contar da data da assinatura da escritura de compra e venda referida, deveria a Milques, dar início à implantação do projecto no terreno;\_\_\_\_\_

Acta nº 17 de 98.05.22

\_\_\_\_\_b) Doze meses após a data do alvará - licença de construção, deveria a unidade estar em completa laboração dentro dos moldes apresentados no projecto aprovado e licenciado;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_c) O não cumprimento de qualquer destes prazos implicaria que a Câmara Municipal de Pombal tomasse posse do lote, no estado em que o mesmo se encontrasse, sem qualquer direito à restituição de importâncias já entregues ou a quaisquer indemnizações, por benfeitorias existentes à data da tomada de posse.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_d) A Câmara autorizaria a venda do lote e as benfeitorias realizadas, pela Milques, a empresa que apresentasse proposta de instalação industrial que respeite as exigências estabelecidas no Regulamento do Parque Industrial Manuel da Mota.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_d) Em tudo o que não estivesse expresso na escritura, seriam aplicadas as

cláusulas do Regulamento do Parque Industrial Manuel da Mota, aprovado pela Câmara e Assembleia Municipal. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Sucede que: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Milques, Ld<sup>a</sup>., não cumpriu nenhum dos referidos prazos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Porém, solicitou à Câmara que: por motivos de saúde de um dos sócios da Firma, bem como por motivos económicos, devido a dificuldades em obtenção de crédito, a Câmara autorizasse a Firma Milques - Industria de Plásticos, Ld<sup>a</sup>., a vender o lote em causa, à Firma Da Ponte & Silva, Ld<sup>a</sup>., pelo preço a que o comprara à Câmara em 19/12/197, em virtude de o referido preço haver sido pago pelos sócios da Firma Da Ponte & Silva, Ld<sup>a</sup>., em nome da Milques - Industria de Plásticos, Ld<sup>a</sup>., a qual não dispõe de capacidade financeira para liquidar o montante em dívida para com os sócios da Firma Da Ponte & Silva, Ld<sup>a</sup>. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Firma Da Ponte & Silva, Ld<sup>a</sup>. apresentou a esta Câmara carta de intenções referente à instalação, no referido lote, de uma industria de transformação de madeiras. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Pela análise da carta de intenções apresentada pela Firma Da Ponte & Silva, Ld<sup>a</sup>., que se anexa a esta proposta, constata-se que a industria a instalar é compatível com o Regulamento do Parque Industrial Manuel da Mota. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Face ao exposto, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ proponho a V. Ex<sup>a</sup>. o seguinte: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ a) Que a Câmara, ao abrigo da cláusula sexta do contrato de compra e venda celebrado em 19/12/1997 e do artº 8º do Regulamento do Parque Industrial Manuel da Mota, delibere autorizar a Firma Milques - Industria de Plásticos, Limitada, a vender o lote nº 1-D do loteamento denominado Parque Industrial Manuel da Mota à

Acta nº 17 de 98.05.22

Firma Da Ponte & Silva, Ld<sup>a</sup>. pelo preço de 8.730.000\$00 (oito milhões setecentos e trinta mil escudos) e com as seguintes condições: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O lote destina-se à implantação de industria que obedeça a todos os requisitos exigidos pelos vários departamentos estatais envolvidos e que tenha ausência total de poluição do meio ambiente; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A área máxima de ocupação do lote, em construção industrial, será de 50% do total, podendo no entanto, ocupar a área máxima de 500 m<sup>2</sup> de construção urbana de apoio, conforme previsto na alínea c) do nº 3 do artº. 3º do Regulamento do Parque Industrial Manuel da Mota; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ No prazo máximo de 180 dias a contar da data da assinatura da escritura de compra e venda, deverá o adquirente, dar início à implantação do projecto no terreno,

de acordo com o nº 2 do artº 3º do Regulamento do Parque Industrial Manuel da Mota.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Doze meses após a data do alvará - licença de construção deverá a unidade estar em completa laboração dentro dos moldes apresentados pelo projecto aprovado e licenciado;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_O não cumprimento de qualquer destes prazos implica que a Câmara Municipal de Pombal tome posse do lote, no estado em que o mesmo se encontre, sem direito a quaisquer indemnizações por parte do adquirente, bem como das benfeitorias existentes à data daquela tomada de posse.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara autorizará a venda do lote e as benfeitorias realizadas, a empresa que apresente proposta de instalação industrial que respeite as exigências estabelecidas no Regulamento do Parque Industrial Manuel da Mota.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Em tudo o que não ficar expresso na escritura, serão aplicadas as cláusulas do Regulamento do Parque Industrial Manuel da Mota, aprovado pela Câmara e Assembleia Municipal.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_b) Que a escritura se realize no Notário Privativo desta Câmara, outorgando o Senhor Presidente da Câmara na referida escritura a, em cumprimento desta deliberação, autorizar a transmissão nos termos e com as condições referidas.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Que, caso esta proposta seja aprovada, o seja por minuta, para que produza efeitos imediatos.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a transmissão do referido lote nos termos e nas condições constantes da informação do Gabinete Jurídico e Contencioso.\_\_\_\_\_

Acta nº 17 de 98.05.22

### **Parque Industrial Manuel da Mota - Venda do Lote nº 1-A.\_\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião uma informação do Gabinete Jurídico e Contencioso, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Na sequência da deliberação de reversão para o domínio privado da Câmara Municipal de Pombal do lote de terreno destinado a construção urbana com a área de 27.320m2, designado pelo Lote nº 1-A do Parque Industrial Manuel da Mota, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Pombal sob o número 9342 e descrito na Conservatória do registo Predial de Pombal sob a descrição nº 09347 da freguesia de Pombal; que em 08 de Setembro de 1995, a Câmara Municipal vendera à STET - Sociedade Técnica de Equipamentos e Tractores S.A., com sede na Rua da Guiné, freguesia do Prior Velho, concelho de Loures.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_E considerando que a Firma ICOMATRO - Madeiras e Derivados, S.A., com sede em Pinhal das Areias - apartado 84 - Torre da Marinha - 2842 Seixal, apresentou carta de intenções para instalação de uma unidade industrial não poluente, destinada a serração e armazenagem de madeiras exóticas, no referido lote de terreno,\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_proponho a V. Ex<sup>a</sup>. o seguinte:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_a) Que pelo preço de 1.500\$00 o m2, a Câmara delibere vender o Lote nº 1-Ado Loteamento denominado Parque Industrial Manuel da Mota à Firma ICOMATRO - Madeiras e Derivados, S.A..\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Que a venda seja efectuada nos termos e condições previstas no regulamento do Parque do Parque Industrial Manuel da Mota.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Que, caso esta proposta seja aprovada, o seja por minuta, para que produza efeitos imediatos e, que a deliberação respectiva seja presente à próxima sessão da Assembleia Municipal para a obtenção da necessária autorização.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, vender o referido lote à Firma ICOMATRO nos termos e nas condições constantes da informação do Gabinete Jurídico e Contencioso, e remeter esta deliberação à Assembleia Municipal para efeitos de obtenção da respectiva autorização.\_\_\_\_\_

### **Pedido de informação prévia.\_\_\_\_\_**

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião um requerimento de Fernando Gameiro António, residente no lugar de Santorum, freguesia e concelho de Pombal, em que solicita informação sobre a viabilidade de construção de um motel, no referido lugar.\_\_\_\_\_

Acta nº 17 de 98.05.22

\_\_\_\_\_Junto encontra-se uma informação da Divisão de Urbanismo, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”O local para onde se pretende implantar a construção situa-se no limite do perímetro urbano, em espaço urbano - área mista, embora as infraestruturas de apoio ao futuro motel (acesso e estacionamento) se implantem em espaço de servidão da REN, em área de leito de curso de água/zona de cheia.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Face ao exposto, a viabilidade de construção merece parecer favorável, embora com alguns condicionamentos impostos pela sensibilidade biofísica do local e que importa respeitar e preservar.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Assim, conjuntamente com o pedido de licenciamento de construção deve ser apresentado um projecto de arranjo de espaços exteriores elaborado por arquitecto paisagista, o qual deve ter em consideração os seguintes condicionamentos:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_a) Respeito e preservação da vegetação ribeirinha actualmente existente;

\_\_\_\_\_b) A flora a introduzir no local deve ser constituída preferencialmente por

espécies autoctones e características das zonas ribeirinhas;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_c) Deve ser mantida a permeabilização do solo, isto é, as infraestruturas a realizar deverão ser em materiais permeáveis e devidamente integrados no local (por exemplo, nos locais de estacionamento poderão ser aplicadas grelhas de arrelvamento em substituição de pavimentos betuminosos);\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_d) O número de estacionamentos a implantar no local, deverá ser dimensionado de acordo com a legislação em vigor.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por unanimidade, considerar viável a construção pretendida, com os condicionalismos constantes da informação da Divisão de Urbanismo, acima transcrita.\_\_\_\_\_

### **Reuniões Ordinárias.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Foi presente à reunião uma proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_”Proponho à Câmara que as suas reuniões ordinárias, nos termos dos n.ºs. 1 e 2 do artigo 48º do Decreto-Lei nº 100/84, de 29 de Março, se realizem duas vezes por mês, na segunda e última sextas-feiras do mês, com início pelas 15 horas e que a reunião pública mensal se realize na última reunião ordinária de cada mês, sendo a única aberta ao público em geral. Esta proposta deverá entrar em vigor já no próximo mês de Junho.\_\_\_\_\_

Acta nº 17 de 98.05.22

\_\_\_\_\_Mais se informa, que esta medida poderá ser temporária ou alterada, sempre que a necessidade de deliberações oportunas da Câmara o exigir. Desta forma, as restantes sextas-feiras serão preenchidas com reuniões de trabalho, com a presença do Executivo Camarário e dos vários Chefes de Divisão. Pretende-se assim, aumentar a interligação entre os vários sectores da Câmara Municipal, o que está de acordo com a reestruturação dos serviços que está a ser levada a cabo.”\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e dos Vereadores Senhores Dra. Maria Ofélia Moleiro, Diogo Mateus, Carlos Alberto Silva e Dr. João Coucelo e com os votos contra dos Vereadores Senhores Dr. Joaquim Guardado e Dr. Carlos Lopes, aprovar a proposta do Senhor Presidente, acima transcrita.\_\_\_\_\_

### **Reunião Ordinária.**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Por proposta do Senhor Presidente, a Câmara deliberou, por unanimidade, alterar para as 16 horas a reunião ordinária a efectuar no próximo dia 29 de Maio, sexta-feira. \_\_\_\_\_

**Aprovação por minuta.** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a acta por minuta, para efeitos imediatos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Não havendo nada mais a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião eram dezanove horas e quarenta e cinco minutos, da qual para constar se lavrou a presente acta, que eu \_\_\_\_\_ redigi, subscrevo e vai ser assinada. \_\_\_\_\_